

AS VIOLÊNCIAS (IN) VISÍVEIS SOFRIDAS PELOS HOMOSSEXUAIS NAS RELAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Danielle Jardim Barreto¹

Alexsandro Sunahara²

Dhiene Aparecida Pereira da Silva³

Ronaldo Pereira Barboza⁴

BARRETO, D. J.; SUNAHARA, A.; SILVA, D. A. P. da; BARBOZA, R. P. As violências (in) visíveis sofridas pelos homossexuais nas relações universitárias. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 19, n. 2, p. 277-289, jul./dez. 2019.

RESUMO: O presente artigo é resultante do Projeto de Iniciação Científica (PIC), cujo o título, LGBT fobias e re(ve)lações universitárias, desenvolvidas no ano de 2017. Tais estudos se caracterizaram pela revisão bibliográfica de publicações e dados nacionais acerca do referido assunto, e relacionadas aos estudos em sexualidades, estudos queer e ensino superior. Neste trabalho enfatizou-se como objeto de pesquisa as violências discursivas e práticas direcionadas às pessoas que se nomeiam homossexuais e se encontram em trânsito no ambiente universitário. Materializou-se esse estudo, compreendendo que a universidade surge como um território de possibilidades múltiplas, tanto para a circulação das pluralidades de sexualidades, desejos e prazeres, quanto para a disseminação das violências.

PALAVRAS-CHAVE: Homofobia; Sexualidades; Universidade; Violências.

DOI: 10.25110/educere.v19i2.2019.6823

¹Universidade Paranaense. danibarreto@prof.unipar.br Doutora em Psicologia e Sociedade pela UNESP - Assis, SP. Docente dos Cursos de Psicologia e Medicina da UNIPAR/Umuarama PR.

²Universidade Paranaense. alexandro.s@edu.unipar.br . Acadêmico do Curso de Psicologia da UNIPAR/Umuarama PR.

³Psicóloga. dhiene.pereira@hotmail.com Especialista em Avaliação Psicológica pela Universidade Paranaense.

⁴Psicólogo. ronaldobarbozapsico@gmail.com

THE (IN)VISIBLE VIOLENCE SUFFERED BY HOMOSEXUALS IN UNIVERSITY RELATIONS

ABSTRACT: This article is a result of the Scientific Research Initiation Project (PIC) with the title: LGBT phobias and university re(ve)lations, which was developed in 2017. Those studies were characterized by a bibliographical review of publications and national data on the subject, and related to studies on sexualities, queer studies and higher education. This work focused on discursive and practical violence aimed at people who are self-called homosexuals and transit within the university environment as an object of research. This study was materialized understanding that the university emerges as a territory of multiple possibilities, both for the circulation of the plurality of sexualities, desires and pleasures, as well as for the dissemination of violence against them.

KEYWORDS: Homophobia; Sexualities; University; Violence.

LAS VIOLENCIAS (IN) VISIBLES SUFRIDAS POR HOMOSEXUALES EN LAS RELACIONES UNIVERSITARIAS

RESUMEN: El presente artículo es resultante del Proyecto de Iniciación Científica (PIC), cuyo título, LGBT fobias, relaciones y revelaciones universitarias, desarrollados en el año 2017. Tales estudios se caracterizaron por la revisión bibliográfica de publicaciones y datos nacionales acerca del tema, y relacionadas a los estudios en sexualidades, estudios queer y enseñanza superior. En este estudio se enfatizó como objeto de investigación las violencias discursivas y prácticas dirigidas a las personas que se nombran homosexuales y se encuentran en tránsito en el ambiente universitario. Se materializó ese estudio, comprendiendo que la universidad surge como un territorio de posibilidades múltiples, tanto para la circulación de las pluralidades de sexualidades, deseos y placeres, como para la diseminación de las violencias.

PALABRAS CLAVE: Homofobia; Sexualidades; Universidad; Violencias.

INTRODUÇÃO

O referido artigo é fruto de estudos e problematizações realizados através do Projeto de Iniciação Científica (PIC) em Psicologia, intitulado: LGBTfobias e re(ve)lações universitárias, realizado no ano de 2017. Este tinha por objetivo fazer um levantamento aprofundado das publicações acerca da LGBTfobia em ambientes universitários e relacioná-los aos estudos das sexualidades e teoria queer, com bases de dados nacionais, que possibilitam a problematização das relações LGBTfóbicas no ensino superior. O público universitário é compreendido aqui por pessoas que vivem e convivem no território acadêmico, sejam elas/es estudantes, docentes/ diretorias, equipe administrativa, reitoria e colaboradoras/es em geral.

Tais pesquisas não são ingênuas, considerando os discursos e práticas violentas direcionadas a estes modos de vida e de viver. Ao problematizar a LGBTfobia nas relações universitárias faz-se necessário importantes esclarecimentos sobre violências e estigmas que compõem a mesma e atravessam a vida e a construção social e política dessas pessoas, especificamente na comunidade acadêmica. Por se tratar de um fenômeno social, construído e reproduzido culturalmente, as diversas formas de violências contra as sexualidades não heterossexuais, desejos e prazeres dissidentes, assim como contra as diferenças de gêneros, tanto cis quanto trans, também acontecem cotidianamente em territórios universitários, seja da forma mais expressa, seja da forma mais velada.

No que se refere aos atores do movimento LGBT e seus significados, este é fruto de várias transformações ao longo da história, desde a chegada do movimento homossexual no final de 1970 no Brasil. Atualmente a sigla significa (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), e está configurada dessa forma devido a uma hierarquização e estratégia de visualização dos diferentes segmentos, validadas durante a conferência nacional LGBT em meados de 2008. (FACCHINI; FRANÇA, 2009). O conceito de LGBTfobia é entendida pelo ódio, aversão e desprezo resultantes em violência física, verbal, psíquica e moral direcionadas a pessoas que se nomeiam em determinado momento da vida como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

As violências direcionadas a esta população encontra-se em vá-

rias esferas da convivência social e da construção identitária dessas pessoas. “Suas ramificações se fazem notar no universo familiar, nas escolas, nos ambientes de trabalho, nas forças armadas, na justiça, na polícia, em diversas esferas do poder público” (BRASIL, 2012, p. 11).

A legitimação de atos preconceituosos valida as violências sofridas por homossexuais no Brasil continuamente por serem desconsideradas e banalizadas pela sociedade e pelo próprio Estado. Os homossexuais tornam-se alvos fáceis às violências, como se fossem culpados por desviarem da norma estabelecida a partir da heterossexualidade deixando-os vulneráveis à exclusão. (POCAHY, 2007).

A título de exemplo, é conveniente ressaltar que segundo dados disponíveis no site homofobiamata.wordpress.com, somente no ano de 2017 ocorreram 445 registros de mortes no Brasil, sendo este o ano com maior número de vítimas por motivação homotransfóbica desde que a pesquisa começou a ser realizada, há 37 anos. Tristes e pavorosos números que crescem diariamente fazendo do país, o que mais mata vidas LGBTs no mundo. Vejamos alguns dados do relatório respectivo ao ano de 2017, produzido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), anualmente:

A cada 19 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da “LGBTfobia”, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT. E o mais preocupante é que tais mortes crescem assustadoramente: de 130 homicídios em 2000, saltou para 260 em 2010 e 445 mortes em 2017. (GGB, 2017, p. 01).

Segundo o supracitado relatório, essas mortes têm como motivação a LGBTfobia, pelos perfis cruéis que apresentam, tendo em vista que em alguns destes casos, no mesmo ato, são violentados casais em relação homoafetiva ou pessoas LGBTs que ocupam o mesmo espaço de convivência, predominando o uso de armas de fogo e objetos perfuro-cortantes, sendo que as mesmas não estão relacionados a outras práticas criminais.

Vejamos:

37% das mortes ocorreram dentro da própria residência, 56% em vias públicas e 6% em estabelecimentos privados. Via de regra, travestis profissionais do sexo são executadas na “pista” com tiros de revólver, pistola e escopeta, mas também vítimas de espancamento, pauladas e pedradas. Os gays são geralmente executados a facadas ou asfixiados dentro de suas residências, lançando mão o assassino de fios elétricos para imobilizar a vítima, almofadas para sufocar e de objetos domésticos para tirar-lhes a vida. Outras formas de execução com requintes de crueldade tipificam tais execuções como crimes de ódio: enforcamento, pauladas, apedrejamento, garrafadas, muitos golpes, múltiplas formas de tortura, degolamento, desfiguração do rosto, queima do corpo. (GGB, 2017, p. 04).

A violação dos direitos humanos relacionados à identidade de gênero e orientação sexual que atingem a população LGBT, integram um modelo que contempla diversas formas de abusos e discriminações que geralmente são agravadas por outros modelos de violência, exclusão e ódio, fundamentados em aspectos como os religiosos, étnicos, de idade, necessidades especiais e condição econômica. (BRASIL, 2012).

Para Foucault (1988) estes são os corpos matáveis, indisciplináveis e constituintes de uma espécie de periculosidade para os corpos docilmente heteronormalizados, e por isso são mortos. Seguindo esse raciocínio, para Peres (2013) estes corpos são vistos “como não humano, como monstrosidade, totalmente desprovido de direitos a ter direitos, logo excluído do acesso à cidadania” (PERES, 2013, p. 57).

Foucault (1988) afirma que são nas relações que se produzem o dispositivo de subjetivação nomeados - sexualidades, nos dando a ver a composição dos desejos e prazeres normalizados ou não. São nas relações também que se constroem as hierarquias, os discursos e as práticas hegemônicas das sexualidades e de seus efeitos. Tendo em vista a conjuntura sociocultural brasileira na atualidade, entende-se a legitimidade instituída da hegemonia heteronormativa burguesa.

Na universidade, existe um ponto de convergência entre seguir normas que garantam a “racionalidade”, o domínio e a sistematização deste espaço, que objetiva-se ser de proteção, e a determinação das mesmas normas como cerceada à “diversidade e hierarquizadoras das relações sociais que se inscreve nossa análise sobre a produção de violências cotidianas e espetacularizadas e a ritualização do preconceito no contexto da Universidade” (NARDI *et al.*, 2013, p. 181).

Para Barreto (2016) mesmo no século corrente (XXI) ainda se mantém o fundamento biomédico regulamentar de “um único sexo (ou vagina, ou pênis), de uma única sexualidade saudável (heterossexual) e de um prazer restrito à penetração com mera finalidade procriativa (pênis dentro da vagina)” (BARRETO, 2016, p. 128).

Comungando com esse pensamento, Rubin (s/d) vai além ao afirmar que os dispositivos de sexualidades pautados nos regimes hegemônicos de verdade privilegiam as práticas ditas “normais ou naturais” em contrapartida excluem, marginalizam e criminalizam as sexualidades dissidentes, ditas “anormais ou não naturais”.

O campo universitário não é apenas um espaço que possibilita acesso a diversas formas de aprendizagem e condições para atuar em determinadas áreas, é também responsável pela articulação social e trocas que ocorrem dentro dos grupos, apresentando-se como “o lugar da ‘razão’, como um destes espaços protegidos da violência (uma vez que a violência da ‘razão’ não é levada em conta), da ‘ignorância’ e da ‘irracionalidade’, responsável por fazer cumprir, e até mesmo aprofundar, os princípios democráticos e de cidadania.” (NARDI *et al.*, 2013, p. 181).

Paralelamente, Blanco (2014) afirma que este ambiente acadêmico funciona não apenas como um campo de transmissão de conhecimentos, mas também como espaço de transformação e mobilização do/as acadêmicos/as em suas construções políticas, sociais, familiares e sexuais, por meio de regras, discursos e práticas que delimitam e regulam essas relações. Nesse ambiente, o estigma, que muitas vezes é apresentado em termos pejorativos é uma semelhança entre as características e os estereótipos de caráter depreciativo, que procuram separar e nomear tudo aquilo que é considerado *diferente* Goffman (1975).

De acordo com Nardi *et al.*, (2013) no ambiente acadêmico enunciam-se agenciamentos de armários, tendo em vista que as relações de

saber e poder reproduzem a legitimidade hegemônica hetero, misógina, homofóbica, lesbofóbica e transfóbica.

Dessa forma todas as sexualidades, desejos e prazeres que não se enquadrem dentro da lógica biologicista, violam as regras sociais, culturais e políticas das sexualidades. A universidade surge como um território de possibilidades múltiplas, tanto para a circulação das pluralidades quanto para a disseminação das violências contra estas.

A HOMOFOBIA NAS RELAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

De acordo com o francês Borrillo (2010), o termo homofobia foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1971 por K. T. Smith, em seu artigo *Homophobia: a tentative personality profile*, com a intenção de analisar traços da personalidade homofóbica. No ano seguinte, “G. Weinberg definirá a homofobia como ‘o receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo’.” (BORRILLO, 2010, p. 21).

Assim, em sua conceituação inicial, a homofobia podia ser entendida como a repulsa irracional, inclusive o ódio, por dissidentes da heteronormatividade. Porém, essa forma de entender a homofobia é colocá-la como algo interior à pessoa homofóbica – um medo (fobia) e repulsa individual do erotismo dissidente da heterossexualidade.

Junqueira (2007) apresenta o significado do termo “homofobia” sendo esse um conceito construído por George Weinberg (1972) psicólogo clínico, que fez a junção dos radicais gregos semelhança + medo para definir sentimentos negativos relativos a homossexualidades e aos homossexuais. Termo esse que possui bases sólidas nos discursos médico e clínico que lhe deram origem. Vejamos a seguir, o que o mesmo autor detalha como significados desse vocábulo:

Com esse sentido, o termo costuma ser empregado quase que exclusivamente em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas. Essas emoções, em alguns casos, seriam a tradução do receio (inconsciente e “doentio”) de a própria

pessoa homofóbica ser homossexual (ou de que os outros pensem que ela seja). Assim, seriam indícios (ou “sintomas”) de homofobia o ato de se evitarem homossexuais e situações associáveis ao universo homossexual, bem como a repulsa às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Essa repulsa, por sua vez, poderia se traduzir em um ódio generalizado (e, de novo, “patológico”) às pessoas homossexuais ou vistas como homossexuais. (JUNQUEIRA, 2007, p. 04).

Como exemplo podemos mencionar que não são poucas as palavras pejorativas e depreciativas direcionadas às pessoas que se nomeiam homossexuais, sendo intituladas de bichas, veados, baitolas, boiolas, mariconas, desmunhecados, etc. Seguindo esse raciocínio, Castañeda (2007) colabora:

A palavra “homofobia” significa medo ou rejeição da homossexualidade. Esse medo pode parecer instintivo, como o medo do fogo, mas não o é. Constitui mais um fenômeno cultural que está longe de ser universal, e que se reveste de diferentes formas e significações conforme o contexto. (CASTAÑEDA, 2007, p. 143).

O sentido da homofobia está presente nas falas institucionais e habituais de vários campos sociais. Homens e mulheres cis, da educação, mídia, da cultura, da saúde, do judiciário dos movimentos sociais, entre outras áreas vem denunciando ou finalmente admitindo que a homofobia é um sério problema social. Percebe-se uma crescente excitabilidade e disposição para problematizar criticamente o fenômeno e uma predisposição maior na conscientização sobre o papel das instituições sociais em sua reprodução e enfrentamento. (JUNQUEIRA, 2007).

Rondini, Teixeira Filho e Toledo (2017) nos apresenta um breve histórico da origem da homossexualidade. Vejamos:

Até o século XIX, as pessoas de mesmo sexo biológico se relacionavam sexual e eroticamente, mas

não eram chamadas homossexuais e, portanto, não se sentiam enquanto tais. Assim, as práticas homoeróticas existiam, mas não existiam a homossexualidade e a heterossexualidade como formas distintas de vivência da sexualidade humana. A palavra “homossexual” foi usada pela primeira vez na Alemanha em 1869, pelo escritor e tradutor austro-húngaro Karl Maria Kertbeny, publicada em manuscritos clandestinos dirigidos ao governo alemão que visavam combater o parágrafo 143 do Código Penal prussiano, o qual criminalizava essa prática sexual; Kertbeny argumentava que não se podia criminalizar uma condição “inata” e “natural” compartilhada por muitos homens de bem na história. (RONDINI; TEIXEIRA FILHO; TOLEDO, 2017, p. 57).

Os mesmos autores complementam, ao comentarem sobre a construção sócio-cultural da homossexualidade. Vejamos:

Logo, nenhuma identidade sexual é dada desde sempre, nem mesmo a heterossexual. Toda e qualquer identidade sexual é construída social, histórica, política e culturalmente. Entretanto, diversos discursos socialmente construídos, como o religioso, o médico do século XIX (ainda vigente em muitas disciplinas), o jurídico e o educacional fazem-nos crer que a heterossexualidade seja natural, normal, predominante e, no caso dos países de exercício dogmático do cristianismo, a única a ser abençoada por Deus. (RONDINI; TEIXEIRA FILHO; TOLEDO, 2017, p. 58)

Compreendendo a homofobia como questão cultural, Laraia (2001) corrobora afirmando que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo, e isso não ocorre de forma isolada ou circunstanciais, mas sim por meio de uma longa construção sócio-cultural. Vejamos o que o autor tem a nos dizer:

A nossa herança cultural, desenvolvida através de

inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isto, discriminamos o comportamento desviante. Até recentemente, por exemplo, o homossexual corria o risco de agressões físicas quando era identificado numa via pública e ainda é objeto de termos depreciativos. Tal fato representa um tipo de comportamento padronizado por um sistema cultural. Esta atitude varia em outras culturas. Entre algumas tribos da planícies norte-americanas, o homossexual era visto como um ser dotado de propriedades mágicas, capaz de servir de mediador entre o mundo social e o sobrenatural, e portanto respeitado. (LARAIA, 2001, p. 68).

Considerando a homofobia um fenômeno social, entendemos que a mesma também se manifesta nas relações universitárias. Nos ajuda a construir esse pensamento, Nardi *et al.*, (2013) ao colocar que o ensino superior pode representar por meio de suas diferentes ferramentas, discursos e práticas hegemônicas, expressões que representem violências contras as vidas dissidentes a heteronormatividade. Vejamos:

O ensino superior participa da distribuição diferenciada e hierarquizante das posições sociais relacionadas à produção, utilização e legitimação dos saberes e formas de conhecimento. Essa distribuição, que assume a forma concreta de títulos, diplomas, especialidades e habilitações, permite (no sentido ambivalente da palavra “poder”) que indivíduos selecionados hierarquicamente possam ocupar lugares determinados, associando essa localização a um status social. Relacionadas às práticas estruturantes das dinâmicas sociais, as relações de poder cristalizadas no interior da universidade serão causa e sintoma das formas de dominação de uma sociedade. (NARDI *et al.* 2013, p. 180-181).

De acordo com os mesmos autores um dos principais exposito-

res da homofobia no ambiente universitário, são os trotes que expõem atitudes aversivas, desmoralizadoras, pejorativas e violentas contra as expressões de desejos e prazeres homossexuais, numa clara demonstração de demarcação dos paradigmas sexuais, ou seja, a homossexualidade colocada como transgressão à norma heterossexista e portanto inferior a esta.

Corroborando com as afirmações supracitadas, é importante ressaltar o pensamento Barreto (2016, p. 149) ao afirmar que: “A universidade é um espaço de produção de poderes e de saberes heteronormatizados e higienistas”. Poderes e saberes estes, que marginalizam, oprimem, discriminam e violentam as pessoas que não se enquadram à norma hetero, e dessa forma, fomentam a homofobia.

Estas violências não são meramente ingênuas, muito pelo contrário, possibilitam o agenciamento dos chamados “armários universitários”, conforme nos coloca Nardi *et al* (2013). Vejamos:

O paradoxo do armário pode ser visualizado nesses jogos de revelação e ocultamento, que condicionam as possibilidades de aparição do sujeito homossexual. Por um lado, um aluno (ou professor) que não se adequa às expectativas do gênero masculino, tais como a voz fina, o rebolado ou, até mesmo, a defesa de homossexuais, só pode existir como sujeito se forçado à visibilidade vexatória no espaço público. Por outro lado, a exposição forçada, a exigência de confissão, contrasta paradoxalmente com o silêncio e a ilegitimidade da homossexualidade nos espaços universitários. Esse aspecto da dinâmica social do preconceito, que reforça a onipresença da norma, acaba por relegar os/as homossexuais à ilegitimidade e ao risco de serem submetidos à humilhação por expressarem seus desejos e afetos publicamente. O armário da Universidade se mantém fechado pelo medo da exposição, o que pode fazer com que as experiências relativas à sexualidade não sejam partilhadas nos espaços de convivência entre estudantes, sobretudo nos cursos mais conservadores. (NARDI *et al.* 2013, p. 193).

Sem sombra de dúvidas vivemos em momentos temerosos. Embora possa parecer em pleno século XXI, ainda nos deparamos com situações homofóbicas dentro da universidade, muitas vezes amparadas em discursos e bases científicas de séculos passados, as quais relacionavam a homossexualidade à patologias ou perversão, mantendo uso de bibliografias desatualizadas, vinculadas a personificação por meio de manuais descritivos das vidas LGBTTT a ainda a discursos dentro da academia vinculando as experiências das sexualidades como opções ou simples escolhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a homofobia e as relações universitárias, compreendemos que nos encontramos em momentos sombrios no Brasil, dado a configuração atual, onde uma onda reacionária emerge no país, diretamente ligada ao conservadorismo religioso com base judaico-cristã, que apenas legitima uma única sexualidade como hegemônica, qual seja, a heterossexualidade, só que estas práticas sexuais se limitem a dualidade pênis x vagina, com interesse procriativo, sendo o prazer dos corpos irrelevante, e sendo qualquer prática sexual diferente desta, imposta como anti-natural, e dessa forma vista como nociva e ameaçadora à família branca, monogâmica, nuclear burguesa, feita à procriação e a hegemonia heterossexista.

Em uma sociedade heterocentrista como a nossa, todos acabam sendo atingidos pelos processos de subjetivação homofóbicos, independente das sexualidades dos seus corpos, tendo em vista, que desde a infância, todos nós somos educados sob a égide binária heterossexual, seja pela família, escola, religião e a sociedade em geral. Seguindo esse raciocínio, Peres (2013) vem colaborar abordando o conceito de processos de subjetivação. Vejamos:

Esses referentes estão nos processos de subjetivação normalizadores, de modo a produzir indivíduos dóceis, contidos e disciplinados, reprodutores dos modelos e ordens previamente dadas, fixando-se em identidades cristalizadas, conceituações binárias e crenças universais. Trata-se da emergência de indivíduos viciados em identidades e dependentes dos

modos de normatização. (PERES, 2013, p. 56).

Ainda sobre o momento atual da sociedade brasileira é importante salientar o pensamento de Guattari e Rolnik (2005) ao abordar que a cultura é reacionária, interessando-lhe a produção em massa de pessoas normalizadas, submissas e manipuladas, sempre a serviço da reprodução hierárquica em todas as esferas, assim como não destoa dessa égide quando se refere às sexualidades. Dessa maneira, a homossexualidade é posta sempre em grau de inferioridade à heterossexualidade, tida como naturalidade já cristalizada.

Neste mesmo viés, cabe enfatizar os apontamentos de Rubin (s/d), ao desenvolver o que a autora nomeia de pirâmide dos sexos, na qual, no topo da mesma, se apresenta o desejo heterossexual, marital, em casa e com finalidades procriativas.

Foucault (1988) já nos alertara sobre tal pano de fundo, ao colocar que as sexualidades, desejos e prazeres dissidentes representam ameaças aos saberes biologicistas e higienistas, pautados na heteronormatividade. Em seu livro *A história da sexualidade I: a vontade de saber*, o autor apresenta um breve relato histórico de como as pluralidades sexuais, outrora vividas sem regras, agora, passam a ser lentamente silenciadas, oprimidas e patologizadas.

Historicamente a instituição educacional no Brasil, sempre teve como base estrutural valores que buscavam interiorizar, classificar, patologizar e criminalizar a figura do outro, do diferente, ou seja, daqueles que não estivessem em sintonia com as referências hegemônicas centradas no gênero masculino, branco, burguês e heterossexual. (JUNQUEIRA, 2013).

Condições estas que se arrastam no dias atuais, quando os estabelecimentos universitários mantêm e promovem a homofobia. Digamos que com o passar do tempo o que ocorre é uma atualização das formas de expressão da violência direcionadas às vidas dissidentes.

Para Nardi *et al.* (2013) a saída do armário pode ser um processo doloroso, pois afeta diretamente não apenas a pessoa armarizada, mas também sua família, amigos ou pessoas com as quais se relaciona ou tenha envolvimento afetivo. Exemplo disso é o ambiente universitário, onde a situação pode ser agravada com os trotes, as piadinhas feitas por

professores ou mesmo as agressões físicas. Diante disso o mais viável e seguro é evitar se “assumir” homossexual, tendo em vista que significa diminuir os riscos de ser violentado.

As “brincadeiras” funcionam como modos de camuflar ou explicitar a homofobia. Essas zombarias inerentes aos “trejeitos” homossexuais ditam um modelo heterorregulador que deve ser universal, (sub) entendendo essa pessoa como menos heterossexual, e portanto homossexual, logo, inferior (JUNQUEIRA, 2013). Em concordância com a fala supracitada, Toledo e Teixeira Filho (2013) prosseguem:

Ademais, a homofobia exige também que as pessoas heterossexuais mantenham relações íntimas de amizade, coleguismo ou mesmo familiar apenas com heterossexuais (segregando e excluindo de seu convívio amigos e parentes homossexuais), de modo que a homofobia acaba por atingir e prejudicar a todos, por também influenciar negativamente nas relações interpessoais. Por isso não podemos pressupor que o combate à homofobia seja assunto de preocupação apenas das pessoas não-heterossexuais. Sua manifestação se dá desde a ridicularização e a injúria até assassinatos, englobando práticas de interdição, segregação, exclusão, controle, adequação, invisibilidade, inferiorização, violação e destruição. (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2013, p. 222).

Concordamos com os autores supracitados entendendo que num ambiente hostil, como pode ser o ensino superior, pessoas que se nomeiam homossexuais podem ser impelidas a “armarizar” suas expressões e desejos, sob o risco de sofrerem retaliações que coloquem em risco sua integridade física, moral e psicológica.

O conceito de armário, materialmente é assim explicitado:

Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays, há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. Além disso, a elasticidade mortífera da presun-

ção heterossexista significa que, como Wendy em Peter Pan, as pessoas encontram novos muros que surgem à volta delas até quando cochilam. Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição. Mesmo uma pessoa gay assumida lida diariamente com interlocutores que ela não sabe se sabem ou não. É igualmente difícil adivinhar, no caso de cada interlocutor, se, sabendo, considerariam a informação importante. No nível mais básico, tampouco é inexplicável que alguém que queira um emprego, a guarda dos filhos ou direitos de visita, proteção contra violência, contra “terapia”, contra estereótipos distorcidos, contra o escrutínio insultuoso, contra a interpretação forçada de seu produto corporal, possa escolher deliberadamente entre ficar ou voltar para o armário em algum ou em todos os segmentos de sua vida. O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora (SEDGWICK, 2007, p. 22).

Há em nossas relações diversos armários, há o armário das igrejas em relação às práticas sexuais e expressões de gêneros de seus líderes e rebanhos, há os armários da política e dos políticos. A constante misoginia vivida pelas mulheres, os racismos maquiados/disfarçados e as homofobias,lésbofobias e transfobias gritadas nas assembleias legislativas de todo país, também agenciam novos armários.

Essa configuração homofóbica agenciadora de armários provoca uma espécie de apartheid social e sexual, que separa os “bem nascidos”

heterossexuais que podem transitar livremente onde quer que lhe interessem, em contraposição aos “mal nascidos” homossexuais, a estas vidas, restam as imposições privativas, silenciadoras e mortais.

A homofobia é construída nas relações, e desta maneira é também nas relações que podemos problematizá-la, e dessa forma possibilitar a diluição paradigmática dos estereótipos e preconceitos acarretadores de violências por motivação homofóbica, e a partir dessa diluição poderemos andar por caminhos menos sombrios, num viés do respeito humano e suas pluralidades. Junqueira (2013) vai além ao abordar a emergência das discussões sobre o respeito às diferenças. Vejamos:

Muito além da busca por respeito e vago pluralismo, vale discutir e abalar códigos dominantes de significação, desestabilizar relações de poder, fender processos de hierarquização, perturbar classificações e questionar a produção de identidades reificadas e diferenças desigualadoras. (JUNQUEIRA, 2013, p. 493-494).

Problematizar a homofobia no ensino superior, se faz necessário, visto que, o diálogo sobre tal assunto nas relações universitárias, podem possibilitar o desenvolvimento do respeito às diferenças, e que, dessa forma, as pessoas homossexuais não tenham a necessidade de clamar por uma autorização heterocentrada para viver.

Por se tratar de estudos emergentes, é importante o prosseguimento das pesquisas referentes aos temas abordados neste artigo, problematizando a homofobia na sociedade, sobretudo no território universitário.

Embora a homofobia possa estar no território universitário das mais variadas formas, e que o ambiente universitário possa se apresentar como um espaço de reprodução da hegemonia heterossexista, paradoxalmente, é também a universidade, que pode emergir como terreno fértil na potencialização das diversidades, bem como das pluralidades sexuais. E que as sexualidades, desejos e prazeres possam ser vividos, assim como deve ser a vida, e que os afetos possam preencher os espaços universitários, e que os corpos em movimento nas universidades possam (re) viver com intensidade e prazeres.

REFERÊNCIAS

BARRETO, D. J. **A (in)visibilidade dos prazeres, das sexualidades e dos gêneros e a parresia na formação *queerizada* em Psicologia: Narrativas de outras perspectivas experiências docentes.** 2016, 213 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

BLANCO, R. Normatividades de la vida cotidiana: género y sexualidad en los saberes, la política y la sociabilidad universitária. **Propuesta Educativa.** Buenos Aires, vol. 2, p. 55-64, nov. 2014.

BORRILLO, D. **Homofobia história e crítica de um preconceito.** Tradução de Guilherme de Freitas Teixeira. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).** Brasília, 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012.** Brasília, 2012.

CASTAÑEDA, M. **A experiência homossexual: Explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas.** São Paulo: Girafa, 2007.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana.** Rio de Janeiro, n. 3, p. 54-81, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293322974004>. Acesso em: 27 nov. 2017.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GGB (Grupo Gay da Bahia). **Pessoas LGBT mortas no Brasil.** Relatório de 2017. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com>

com/2017/12/relatorio-2081.pdf. Acesso em: 01 fev. 2018.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: A normatização em ação. **Revista Retratos da Escola**, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul/dez. 2013.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 120.

NARDI, H. C. *et al.* O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Teoria&sociedade**. Belo Horizonte, v. 2, n. 21, p.179-200, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/revistasociedade/index.php/rts/issue/viewIssue/13/11>. Acesso em: 08 ago. 2017.

PERES, W. S. Psicologia e Políticas Queer. *In*: TEIXEIRA FILHO, F. S. *et al.* (Orgs.). **Queering**: problematizações e insurgências na psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

POCAHY, F. **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007. 116 p.

RONDINI, C. A.; TEIXEIRA FILHO, F. S.; TOLEDO, L. G. Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. **Psicologia USP**. v. 28, n. 01, p. 57-71, 2017.

RUBIN, G. **Pensando sexo**: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1582/gaylerubin.pdf?sequen>. Acesso em: 07 jul. 2017.

SEDGWICK, E. K. Epistemologia do armário. Tradução Plínio Dentzien. **Cadernos Pagu** (28), janeiro-junho de 2007:19-54

TOLEDO, L. G.; TEIXEIRA FILHO, F. S. Quando a violência se torna vergonha: expressão da homofobia interiorizada em narrativas sobre o

homoerotismo entre mulheres. *In*: TEIXEIRA FILHO, F. S. *et al.* (Orgs.). **Queering**: problematizações e insurgências na psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

Recebido em: 03/06/18

Aprovado em: 09/07/19